



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

Altera a Lei nº 14.434, de 4 de agosto de 2022, para prever recursos financeiros para o pagamento do piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira.



SF/22579.77810-05

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 14.434, de 4 de agosto de 2022, para prever recursos financeiros para o pagamento do piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira.

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 14.434, de 4 de agosto de 2022, passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos:

"Art. 2º.

.....

§ 3º As eventuais readequações necessárias de remunerações dos profissionais de Enfermagem dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ficarão sob responsabilidade da União e serão consignadas no orçamento geral da União com dotação própria e exclusiva, à conta dos recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS), durante os quatro exercícios fiscais subseqüentes à publicação desta Lei, após o que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios passarão a ser diretamente responsáveis pelas dotações orçamentárias necessárias, podendo a metade dos valores ser compensada com dívidas eventualmente existentes entre os entes federados.

§ 4º Os recursos financeiros repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para pagamento previsto no § 3º não serão objeto de inclusão no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal.

§ 5º O Poder Executivo velará para promover a redução das alíquotas do imposto de renda incidente sobre as operações dos empregadores, pessoas físicas ou jurídicas, que contratarem Enfermeiro, Técnico de Enfermagem ou Auxiliar de Enfermagem sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na medida adequada para promover a compensação de eventuais gastos extraordinários que tenham para promover as eventuais readequações necessárias de remunerações dos seus profissionais de Enfermagem, observados os seguintes limites:

I - 50% (cinquenta por cento) de compensação dos gastos extraordinários no primeiro ano; e

II - 25% (vinte e cinco por cento) de compensação dos gastos extraordinários no segundo ano.

§ 6º O benefício fiscal previsto no § 5º vigorará pelos dois exercícios fiscais subsequentes à publicação desta Lei, após o que os beneficiários passarão a ser diretamente responsáveis pelas despesas financeiras necessárias ao atendimento dos requisitos da Lei.

§ 7º O benefício fiscal previsto no § 5º não poderá ultrapassar o montante global de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) por exercício fiscal.

§ 8º O Poder Executivo velará para promover o imediato reajustamento dos valores para a remuneração de serviços estabelecidos pela direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS), em no mínimo 100% (cem por cento) de incremento em relação aos valores atuais.

§ 9º As despesas decorrentes da aplicação do disposto nos parágrafos antecedentes serão custeadas por meio de Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária de bens não declarados, de origem lícita, mantidos no exterior por residentes e domiciliados no País, aprovado na forma da Lei, e por meio do fortalecimento do FNS, também na forma do disposto na Lei.” (NR)

Art. 3º Além de outras fontes previstas, constituirão recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS):

I - as dotações consignadas pelo Tesouro de forma emergencial;

II - as doações, as contribuições em dinheiro, os valores, os bens móveis e imóveis que venham a ser recebidos de organismos e entidades nacionais, internacionais ou estrangeiras, bem como de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras;



III - os recursos provenientes de convênios, contratos ou acordos firmados com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

IV - recursos oriundos do Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária de bens não declarados, de origem lícita, mantidos no exterior por residentes e domiciliados no País;

V - outros recursos que lhe forem destinados.

Parágrafo único. Os contribuintes poderão efetuar doações ao FNS, devidamente comprovadas, sendo essas integralmente deduzidas do imposto de renda, obedecidos os seguintes limites:

I - 1% (um por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real; e

II - 6% (seis por cento) do imposto sobre a renda apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste Anual.

Art. 4º Fica criado o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária – RERCT, para declaração de recursos patrimoniais transferidos ou mantidos no exterior, de origem lícita, inclusive aqueles repatriados ao País, por residentes brasileiros, conforme a legislação cambial ou tributária, nos termos e condições da presente lei.

§ 1º O RERCT aplica-se aos recursos remetidos para o exterior, inclusive quando tais condutas tiveram por finalidade ocultar ou dissimular a natureza, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes de condutas lícitas, mantidos no exterior ou repatriados indevidamente, e que não foram declarados até a publicação da presente lei, cuja conduta possa levar seus titulares a incorrerem nos crimes de sonegação fiscal e evasão de divisas.

§ 2º Excluem-se da aplicação da presente Lei os ativos, bens ou dinheiro de origem ilícita, decorrentes de infrações penais, tipificadas como lavagem de dinheiro, na forma do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, especialmente, aqueles auferidos por meio de:

I - tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins;

II – terrorismo e seu financiamento;



III - contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado à sua produção;

IV - extorsão mediante sequestro;

V – ato contra a Administração Pública, inclusive a exigência, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, de qualquer vantagem, como condição ou preço para a prática ou omissão de atos administrativos;

VI – ato contra o sistema financeiro nacional;

VII – atividade praticada por organização criminosa;

VIII – particular contra a administração pública estrangeira, previstos nos arts. 337-B, 337-C e 337-D do Código Penal.

§ 3º Os efeitos desta Lei aplicar-se-ão somente aquele que, espontaneamente, declarar os recursos, investimentos ou qualquer atividade de natureza financeira no exterior, bem como as propriedades e bens de sua titularidade, em qualquer uma das formas do art. 6º.

§ 4º Não poderão aderir ao RERCT o Presidente da República, Vice-Presidente da República, Senador, Deputado Federal, Governador, Vice-Governador, Deputados Estadual e Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador, assim como o agente público da administração pública direta ou indireta da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município no exercício de seu mandato ou investido em cargo, emprego ou função em 15 de setembro de 2022.

§ 5º A mesma vedação prevista no parágrafo anterior se aplica ao cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o quarto grau, dos agentes públicos ocupantes dos cargos ali previstos.

Art. 5º Considera-se para os fins da presente lei:

I - recurso ou patrimônio não declarado - todos os valores, bens materiais ou imateriais, capitais e direitos, de fontes lícitas, independentemente da denominação, origem ou moeda, que sejam de propriedade de residente brasileiro, encontrem-se no exterior e não tenham sido declarados nos termos da legislação tributária ou cambial em vigor.

II - recursos ou ativos repatriados - todo valor, patrimônio material ou imaterial, capital e direitos, em qualquer moeda, ou capital, de propriedade de



residentes brasileiros, transferido do exterior ou remetido ao País sem a devida declaração e que se encontra em circulação no País.

III - recurso ou patrimônio mantido no exterior - valores, bens materiais ou imateriais, capitais e direitos de fonte lícita não declarados e mantidos fora do território nacional.

IV - titular - todo residente no País, na forma das regras cambiais ou tributárias, nacional ou estrangeiro, que seja proprietário ou responsável pelos recursos ou patrimônio não declarados e mantidos no exterior.

Art. 6º O presente Regime Especial de Regularização aplica-se a todos os recursos de residentes brasileiros remetidos ou mantidos no exterior, bem como aqueles que tenham sido transferidos para o País, em qualquer caso, por meio de alguma das hipóteses abaixo referidas e que não tenham sido declarados até a publicação da presente lei, especialmente de:

I - depósitos bancários, certificados de depósitos, instrumentos financeiros, apólices de seguro, certificados de investimento ou operações de capitalização, depósitos em cartões de crédito, fundos de aposentadoria ou pensão;

II - operação de empréstimo com pessoa física ou jurídica;

III - recursos sob a titularidade ou responsabilidade de pessoas jurídicas nacionais ou estrangeiras, sob a forma de “trusts” de quaisquer espécies, fundações, sociedades despersonalizadas, fideicomissos ou outras formas contratuais e societárias;

IV - recursos custodiados, depositados ou entregues a pessoa física ou jurídica sob qualquer forma a entidade estrangeira, personalizada ou não, para guarda, depósito, investimento ou posse que seja beneficiário efetivo o interessado ou seu representante ou pessoa designada;

V - recursos decorrentes de operações de câmbio não autorizadas;

VI - recursos integralizados em empresas estrangeiras sob a forma de ações, integralização de capital, contribuição de capital ou qualquer outra forma de participação societária, todos apurados em valor atualizado;

VII - Ativos intangíveis disponíveis no exterior de quaisquer natureza, no valor atualizado, como marcas, copyright, software, know how, patentes e todo e qualquer direito submetido ao regime de royalties para os fins das convenções para evitar a dupla tributação;



VIII - Ativos na forma de bens imóveis em geral, em valor atualizado;

IX- Veículos e demais bens móveis em geral, ainda que em alienação fiduciária, joias, pedras preciosas, obras de arte, animais de estimação ou esportivos, no valor atualizado; e

X - Valores ou bens situados no exterior de espólio ou recebidos de sucessão aberta no Brasil ou no exterior, com valor atualizado.

§ 1º A declaração de regularização deverá conter os documentos e as informações necessárias à correta identificação do recurso a ser regularizado.

§ 2º Caso sejam falsas as declarações relativas à titularidade, fonte, origem e condição jurídica dos recursos declarados nos termos do artigo primeiro desta Lei, serão cobrados os valores equivalentes aos tributos, multas e juros incidentes, sem prejuízo da aplicação das penalidades cíveis, administrativas e criminais correspondentes.

§ 3º A declaração de regularização não pode ser, por qualquer modo, utilizada como indício ou elemento relevante para efeitos de qualquer procedimento tributário ou criminal, devendo os bancos e órgãos públicos intervenientes manter sigilo sobre a informação prestada, excluído qualquer procedimento investigativo sobre a disponibilidade dos recursos ou qualquer circunstância material relativa à obtenção dos bens declarados.

§ 4º Aos valores e bens declarados serão acrescidos todos os frutos e acessórios decorrentes do seu aproveitamento no exterior ou no País.

§ 5º Não será admitida regularização parcial de contas ou de patrimônio, devendo o contribuinte declarar todo o patrimônio existente no exterior, sob pena de aplicação das consequências previstas no § 2º deste artigo.

§ 6º Para fins de determinação do saldo ou valor de contas bancárias que estejam em moeda que não seja o dólar dos EUA, a Instituição Financeira deverá converter em dólares dos EUA, utilizando uma taxa spot publicada e determinada no último dia anterior ao de apuração do saldo ou valor.

§ 7º O disposto neste artigo aplica-se inclusive aos recursos ou patrimônio que foram repatriados ao País sob quaisquer das formas de investimento designados neste artigo, ainda que em nome de entidades estrangeiras.



§ 8º Estão isentos de declaração e da multa de regularização os valores disponíveis em contas no exterior no limite de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), convertidos em dólar americano no dia anterior à declaração.

Art. 7º Podem ser beneficiárias do RERCT todas as pessoas físicas e jurídicas que possuam recursos não declarados de origem lícita no exterior, nos termos dos art. 4º e 6º desta Lei.

Parágrafo único. Esta Lei não se aplica aos sujeitos que estejam sendo julgados ou foram condenados pelos crimes listados no § 2º do art. 4º desta Lei quanto aos bens ou valores relacionados com estes delitos.

Art. 8º A declaração dos recursos, após o pagamento da multa de regularização prevista no art. 13 desta Lei, produzirá os seguintes efeitos, em relação à Administração Pública:

I - extinção de quaisquer outras obrigações tributárias exigíveis em relação às receitas e rendimentos não declarados, mantidos no exterior em regularização, ou por fatos anteriores ao ingresso no território nacional;

II - extinção das obrigações acessórias exigíveis em relação às receitas e rendimentos não declarados em regularização, incluindo-se a multa de mora e de ofício e os juros;

III - extinção das obrigações formais de natureza cambial ou financeira exigíveis do beneficiário relativas aos recursos regularizados;

IV - anistia em relação aos crimes previstos no art. 22 da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, arts. 71 a 73, da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, e arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990.

Art. 9º O cumprimento de todos os atos de regularização implicará a extinção da punibilidade dos crimes previstos nos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e no art. 22, caput e parágrafo único, da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, ainda que já recebida a denúncia.

§ 1º O disposto no caput deste artigo limita-se aos recursos ou bens declarados e não alcança os crimes praticados pelo mesmo interessado ou que possam ser imputados a partir da existência de outros recursos que não tenham sido declarados.

§ 2º No prazo de prescrição correspondente às exigências tributárias ou aos delitos anistiados, que os recursos ou bens declarados têm origem em qualquer



das exclusões de beneficiários da presente lei, o regime será anulado, para todos os efeitos, sem prejuízo das sanções penais e exigência dos demais acréscimos.

Art. 10. A adesão ao RERCT far-se-á no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da vigência do ato do Poder Executivo que regulamentar esta Lei, com declaração da situação patrimonial em 31 de dezembro de 2021, relativamente às hipóteses do art. 6º desta Lei.

§ 1º Durante o prazo de cinco anos, as declarações integrarão cadastro especial junto ao Banco Central do Brasil (BCB) e à Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB).

§ 2º É vedada a utilização das informações relativas às declarações mencionadas para a constituição de crédito tributário pertinente a quaisquer outros impostos ou contribuições, bem como para aplicação de sanções relativas ao seu eventual descumprimento.

§ 3º Caso os recursos encontrem-se em nome de terceira pessoa, em qualquer das hipóteses do art. 6º, esta deverá ser identificada na declaração de regularização prevista nesta Lei, resguardados os efeitos do sigilo aplicáveis aos envolvidos.

Art. 11. Regulamento disporá sobre regras cambiais especiais aplicáveis ao repatriamento dos recursos mantidos no exterior, com o objetivo de graduar o impacto de sua incorporação ao sistema econômico, especialmente no que se relacionar com a taxa cambial e sua influência no comércio exterior.

§ 1º Sem prejuízo de outras medidas, poderá ser determinado o depósito obrigatório, em moeda estrangeira, no BCB, pelo prazo máximo de cinco anos, sujeito a liberação segundo graduação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2º Os depósitos de que trata o § 1º deste artigo renderão juros equivalentes aos rendimentos do título da dívida pública emitido pelo Tesouro Nacional indicado em Regulamento.

§ 3º Regulamento disporá sobre recursos já repatriados ao País, sob qualquer modalidade de investimento prevista no art. 6º, ainda que em nome de entidades estrangeiras. § 4º O valor dos bens e direitos situados no exterior poderá depender de avaliação, a ser apurada segundo regulamentação da SRFB.

Art. 12. Os recursos declarados no regime do RERCT somente poderão ser repatriados, diretamente ou por terceiros, em qualquer das hipóteses do art. 6º,



inclusive fundos de investimento, mediante autorização e nas condições a serem estabelecidas pelo BCB.

Art. 13. É devida a Multa de Regularização sobre o montante total dos recursos depositados ou valor atualizado dos bens, capitais ou patrimônio material e imaterial declarados no RERCT, de origem lícita, mantidos no exterior ou já repatriados, com ou sem declaração de ingresso de capital estrangeiro, nos termos da presente Lei.

§ 1º Para os recursos já repatriados, a declaração deverá ser feita em Real, em valor atualizado pela taxa SELIC, quando houver prova da declaração do ingresso dos recursos, na forma de capital estrangeiro.

§ 2º Para os recursos mantidos no exterior e aqueles repatriados que não foram declarados, a declaração dos recursos deverá ser feita de acordo com a taxa de câmbio, para venda, do dia anterior ao da adesão ao RERCT; caso a moeda em que o imposto foi pago não tiver cotação no Brasil, será ela convertida em dólares norte-americanos e, em seguida, em Reais.

§ 3º O titular não será objeto de nenhuma espécie de identificação para a os fins dos documentos de arrecadação da multa prevista neste artigo, cujo documento de arrecadação exigirá somente as seguintes informações:

I – o valor declarado, que servirá como base de cálculo, segundo as situações discriminadas nos parágrafos anteriores;

II – o valor a ser recolhido;

III – o código único de controle individual que permita a autenticação posterior do documento, fornecido pela SRFB ou pelo BCB.

§ 4º A SRFB estabelecerá os modelos de declarações e o código de arrecadação próprio para cumprimento das obrigações do RERCT.

Art. 14. A multa de regularização será devida no montante de:

I – 30% (trinta por cento) nas hipóteses dos incisos I a V, inclusive, do art. 6º desta Lei.

II – 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado do patrimônio material ou imaterial designado nos incisos VI a X, inclusive, do art. 6º desta Lei.



§ 1º Na hipótese do inciso I deste artigo, o percentual da multa será reduzido em 10% (dez por cento) caso o titular dos recursos os empregue nos seguintes investimentos:

I - na compra de títulos da dívida pública interna e externa, para resgate acima de dez anos; ou

II - em projetos para implantação de obras de infraestrutura nos setores de transportes, portos, energia e saneamento básico, aprovados como beneficiário do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), previsto no art. 1º da Lei nº 11.488, de 2007, com resgate não inferior a cinco anos.

§ 2º O descumprimento do previsto no parágrafo anterior implicará a cobrança da diferença sobre os recursos sacados, acrescido de multa de 15% quinze por cento sobre o valor total do investimento aplicado pelo beneficiário.

§ 3º Nos casos de ativos, bens ou valores não declarados no exterior, auferidos no limite do prazo de que trata o art. 173, I da Lei nº 5.172, de 1965, incidirá a alíquota do imposto de renda de pessoa jurídica ou do imposto de renda da pessoa física com base na tabela progressiva, acrescida da multa de 20% (vinte por cento).

§ 4º O imposto devido e a multa deverão ser pagos no prazo de cinco dias úteis, contados da homologação da declaração dos ativos financeiros pela autoridade competente.

Art. 15. O repatriamento dos recursos poderá ser autorizado com anistia integral da multa de regularização quando destinados para doações a entidades inscritas no Cadastro Nacional de Entidades Sociais do Ministério da Justiça – CNES/MJ.

Art. 16. Praticar o sujeito passivo, antes ou depois da adesão ao RERCT, ato fraudulento, com o fim de obter ou assegurar vantagem indevida para si ou para outrem, em qualquer das modalidades de declaração previstas nesta Lei:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

Art. 17. Sonegar ou omitir informações, apresentar declarações falsas ou juntar a elas documentos falsos ou simulados:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.



Art. 18. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo máximo de 20 dias.

Art. 19. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto tira qualquer dúvida quanto à aplicabilidade e constitucionalidade do piso salarial nacional para Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira, prevendo taxativamente as fontes de custeio para o pagamento do referido piso salarial.

Recentemente, o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei nº 2564/2020, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que teve exatamente o propósito de instituir o piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira, possuindo a seguinte justificação:

A enfermagem e suas atividades auxiliares, categorias de profissionais abnegados, que colocam em risco a própria saúde para salvar vidas de outras pessoas, surpreendentemente continuam absolutamente desvalorizadas por todo o Brasil. O reconhecimento popular da importância dessas categorias, infelizmente, não corresponde a remunerações dignas. É essa incoerência que este projeto pretende corrigir.

A Constituição Federal determina no inciso V, do art. 7º, que é direito dos trabalhadores o “piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho”. No entanto, só no estado do Espírito Santo, o salário médio de Enfermeiros é inferior a dois salários mínimos. Técnicos, Auxiliares de Enfermagem e Parteiras, têm remunerações ainda mais baixas. Esse injusto cenário não é muito diferente na maioria dos

O referido PL foi aprovado no Senado Federal em 24/11/2021 por unanimidade, sendo remetido à Câmara dos Deputados, que o aprovou em 04/05/2022 por amplíssima maioria, 461 votos favoráveis, o suficiente para aprovar, com grande margem, emenda constitucional (308 votos)¹. Encaminhado para sanção do presidente da República, teve apenas um dispositivo vetado (Veto 43/2022²), que

¹ <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2309349>

² <https://www.congressonacional.leg.br/materias/vetos/-/veto/detalhe/15351>



está pendente de deliberação pelo Congresso Nacional, tendo sido publicado o texto da Lei em 04/08/2022.

Ou seja, a matéria contou com amplíssimo consenso legislativo, de oposição e governo no Congresso Nacional, inclusive com o *consenso qualificado* manifestado na sanção presidencial.

Vale ressaltar que, à sanção do PL, antecedeu a promulgação da Emenda Constitucional nº 124/2022, que “institui o piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira”, justamente a fim de se evitar eventual judicialização decorrente de interpretações heterodoxas da Lei, tendo sido publicada em 15/07/2022, com o seguinte teor:

Art. 1º O art. 198 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 12 e 13:

"Art. 198.....

§ 12. Lei federal instituirá pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira, a serem observados por pessoas jurídicas de direito público e de direito privado.

§ 13. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, até o final do exercício financeiro em que for publicada a lei de que trata o § 12 deste artigo, adequarão a remuneração dos cargos ou dos respectivos planos de carreiras, quando houver, de modo a atender aos pisos estabelecidos para cada categoria profissional." (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

E para que não haja dúvida da constitucionalidade, pretende-se com a presente PEC, a inserir o conteúdo do piso salarial dentro da própria Carta Magna de forma a impedir qualquer ato no sentido contrário ao atendimento dessa importante e justa demanda. Veja-se a ementa do julgado:

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. PISO SALARIAL DOS MÉDICOS, CIRURGIÕES DENTISTAS E RESPECTIVOS AUXILIARES (LEI Nº 3.999/61). SALÁRIO PROFISSIONAL FIXADO EM MÚLTIPLOS DO SALÁRIO -MÍNIMO NACIONAL. ALEGADA TRANSGRESSÃO À NORMA QUE VEDA A VINCULAÇÃO DO SALÁRIO -MÍNIMO “PARA QUALQUER FINALIDADE ” (CF, ART. 7 º, IV, FINE). INOCORRÊNCIA. CLÁUSULA CONSTITUCIONAL QUE TEM O SENTIDO DE PROIBIR O USO INDEVIDO DO SALÁRIO -MÍNIMO COMO INDEXADOR ECONÔMICO. PRECEDENTES. JORNADA ESPECIAL DE TRABALHO . COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA



LEGISLAR SOBRE DIREITO DO TRABALHO (CF, ART. 22, I).
PRECEDENTES.

1. Distinções entre o tratamento normativo conferido pelo texto constitucional às figuras jurídicas do salário-mínimo (CF, art. 7, IV) e do piso salarial (CF, art. 7, IV).
2. A cláusula constitucional que veda a vinculação do salário mínimo “para qualquer finalidade” (CF, art. 7, IV, fine) tem o sentido proibir a sua indevida utilização como indexador econômico, de modo a preservar o poder aquisitivo inerente ao salário mínimo contra os riscos decorrentes de sua exposição às repercussões inflacionárias negativas na economia nacional resultantes da indexação de salários e preços.
3. Além disso, a norma protetiva inserida no quadro do sistema constitucional de garantias salariais (CF, art. 7, IV, fine) protege os trabalhadores em geral contra o surgimento de conjunturas político-econômicas que constituam obstáculo ou tornem difícil a implementação efetiva de planos governamentais de progressiva valorização do salário-mínimo, motivadas pela aversão aos impactos econômicos indesejados que, por efeito da indexação salarial, atingiriam as contas públicas, especialmente as despesas com o pagamento de servidores e empregados públicos.
4. O texto constitucional (CF, art. 7º, IV, fine) não proíbe a utilização de múltiplos do salário-mínimo como mera referência paradigmática para definição do valor justo e proporcional do piso salarial destinado à remuneração de categorias profissionais especializadas (CF, art. 7º, V), impedindo, no entanto, reajustamentos automáticos futuros, destinados à adequação do salário inicialmente contratado aos novos valores vigentes para o salário-mínimo nacional.
5. Fixada interpretação conforme à Constituição, com adoção da técnica do congelamento da base de cálculo dos pisos salariais, a fim de que sejam calculados de acordo com o valor do salário-mínimo vigente na data da publicação da ata da sessão de julgamento. Precedentes (ADPF 53-MC-Ref, ADPF 149 e ADPF 171, todos da minha Relatoria).
6. Compatível com o princípio da autonomia da vontade coletiva (CF, art. 7º, XXVI) a estipulação, em lei nacional (CF, art. 22, I), de jornada especial a determinada categoria de trabalhadores, consideradas as peculiaridades e as condições a que estão sujeitos no desempenho de suas atividades profissionais. Precedentes .
7. Arguição de descumprimento conhecida. Pedido parcialmente procedente.

Nessa esteira, inclusive no tocante à crítica sob a perspectiva constitucional, é de se pontuar que o Supremo Tribunal Federal recentemente decidiu pela constitucionalidade do piso salarial dos médicos (ADPF 325), embora tenha optado



pela suspensão do estabelecimento do piso salarial da Enfermagem em razão da falta de previsão de recursos.

Assim, sendo constitucional o piso salarial da medicina, com igual razão deve ser considerado constitucional o piso salarial da enfermagem, em vista dos diversos princípios e regras constitucionais que objetivam a prestação adequada dos serviços de saúde, a redução das desigualdades sociais, a igualdade material, a dignidade da pessoa humana, entre diversos outros.

Nesse escopo, é dever do Congresso agir para sanar os vícios apontados pelo Tribunal o mais rapidamente possível, para que a categoria da Enfermagem não fique desamparada por mais tempo.

Aliás, é de se dizer que não se trata de mera compensação pelos esforços empreendidos pela categoria durante a pandemia por Covid-19. O Congresso Nacional já estava em débito com a categoria da enfermagem desde a Constituição de 1988, para dizer o mínimo. Precisou, infelizmente, haver uma trágica e mortal pandemia para que os olhos dos parlamentares fossem efetivamente voltados à proteção dos profissionais da enfermagem, em qualquer nível.

Ou seja, o Congresso Nacional demorou, e muito, para perceber a necessidade de valorização da enfermagem.

É essencial, assim, que se promovam todos os esforços necessários para tornar viável a execução final das medidas tendentes à garantia do piso salarial.

De modo mais específico, e demonstrando a hialina viabilidade da proposta, é de se pontuar que levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) apontou que o impacto orçamentário do piso da Enfermagem, considerando todos os atores envolvidos – públicos, filantrópicos e privados – seria da ordem de R\$ 16 bilhões no total ao ano. Segundo o estudo, para o cumprimento dos pisos será necessário um incremento orçamentário anual de R\$ 4,4 bilhões para os municípios, R\$ 1,3 bilhão para os estados e R\$ 53 milhões para a União. A Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB) argumentou ser necessário um aporte de R\$ 6,3 bilhões ao ano. Para as entidades privadas, portanto, imagina-se um incremento de gastos da ordem de R\$ 4 bilhões, de acordo com os dados do Dieese.

Ora, é perfeitamente sabido que a primeira rodada de repatriação de recursos gerou uma arrecadação, quase instantânea, da ordem de R\$ 52 bilhões de reais, o que corresponderia a mais de três vezes o custo anual estimado com o pagamento dos adicionais necessários ao digno, embora ainda pudesse ser melhor, piso da Enfermagem. Ou seja, tão somente com a medida, é de se esperar que haja o adequado ajuste orçamentário necessário ao desatamento do nó que se formou ao redor do piso da categoria.



Com tal injeção de vultosos recursos nos caixas da União, o ente central poderá custear temporariamente as despesas dos entes estaduais e municipais, na forma desta Lei, até que estes façam os reajustes fiscais necessários para que sustentem, por si, os devidos custos financeiros para o pagamento do piso aos servidores públicos estaduais e municipais da Enfermagem.

Quanto às entidades filantrópicas, intrinsecamente importantes no bojo da organização do SUS, é de se notar que a previsão de reajuste mínimo de 100% da tabela do SUS para os valores dos serviços ali expostos servirá para dar fôlego financeiro a tais instituições, essenciais à promoção da saúde pública para o nosso povo.

Por sua vez, quanto aos prestadores privados de serviços de saúde e empregadores privados de forma geral, propõe-se que a União promova o incentivo fiscal consistente na redução proporcional e progressiva do imposto de renda eventualmente incidente sobre suas operações, o que também servirá como o necessário fôlego financeiro para que possam se adequar paulatinamente à nova realidade, de remunerações minimamente dignas e justas aos profissionais da Enfermagem.

Ou seja, todo o sistema aqui proposto é perfeitamente hermético: de um lado, há mais injeção de recursos financeiros nos cofres da União – seja por meio do programa de repatriação de recursos, seja por meio do fortalecimento proposto do caixa do Fundo Nacional da Saúde –, a qual poderá, com o *superávit* formado, conceder os necessários benefícios aos responsáveis últimos pelos pagamentos financeiros aos profissionais da Enfermagem: municípios, estados, empregadores privados e entidades filantrópicas.

Há, assim, um equilíbrio perfeito, apto a dar início imediato ao pagamento do tão almejado piso da Enfermagem. Não há aumento de carga tributária. Não há concessões de desonerações ou benefícios indevidos. O que há, isso sim, é tão somente o balanceado equacionamento de ganhos e gastos, à luz da dignidade da pessoa humana, para a promoção do bem de todos e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Naturalmente, como se trata de previsões orçamentárias – por definição, *ex ante* –, eventuais ajustes, para mais ou para menos, poderão ser feitos ao longo do percurso, o que é natural no bojo da programação e execução orçamentárias, bastando que a primeira estimativa seja boa o bastante para mostrar a viabilidade apriorística dos programas pretendidos.

Contamos, assim, com o apoio dos Nobres Pares, para que o Projeto seja rapidamente aprovado e publicado, tornando um antigo sonho da Enfermagem uma concreta e plena realização, e não um amargo pesadelo.



Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE RODRIGUES
REDE/AP



SF/22579.77810-05